

Trabalho



Opinião



Miguel Torres
Presidente da Força Sindical

País tem queda de 10% da massa salarial em seis meses

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), elaborada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dá conta de que a massa salarial — soma de todos os salários e cotizações sociais pagos aos trabalhadores durante determinado período em uma empresa, setor de atividade ou economia, não considerando-se o 13º salário — diminuiu 10% entre novembro de 2014 e maio deste ano.

Tudo isto porque a associação entre o aumento das demissões, inflação alta e queda nos salários ocasionou uma forte retração na renda disponível para o consumo. A relação com o PIB é claramente evidenciada pois, se

existe um aumento da massa salarial, ele é justificado em um aumento da produção e do consumo por parte dos trabalhadores, que devolvem parte dos seus salários para a economia. Já com a redução, acontece exatamente o oposto.

A Força Sindical sempre defendeu que, para que o País retome o caminho do crescimento econômico e do emprego pleno, o governo tem de priorizar a elaboração de uma política econômica efetiva, com planejamento, incentivos e investimentos no parque industrial nacional — se não as empresas não conseguirão tirar a “corda do pescoço” —, baixar a taxa de juros, conter a inflação e combater a rotatividade da mão de obra. Caso contrário a situação ficará ainda mais grave do que já está.

'PEDALADA'

Governo despeja megapacote de maldades contra trabalhadores

Entre as decisões, o reajuste do seguro-desemprego, que antes seguia o do mínimo, passou a ser corrigido apenas pelo INPC

Adiar o pagamento de parte do abono salarial foi mais uma 'pedalada' contra os trabalhadores. Na visão de Sérgio Luiz Leite, Serginho, 1º secretário da Força Sindical, que representa a Central no Codefat (Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador), o governo vem promovendo um desmonte gradual das políticas de proteção aos trabalhadores porque considera mais fácil atacá-los por todos os lados na tentativa de sair da crise econômica. “A Medida Provisória que reduz a desoneração da folha de pagamento não foi votada no Legislativo até agora”, declara Serginho.

“São várias as decisões que prejudicaram os trabalhadores. Por exemplo: desde que foi criado, o reajuste do teto do seguro-desemprego acompanhava a mesma correção do salário mínimo. No ano passado, passou a ser corrigido pelo INPC, ou seja, apenas pela inflação”, destaca Serginho.

“O governo vinha concedendo a um ou outro setor a desoneração da folha de pagamento e, em 2013 e 2014, beneficiou com esta política empresas de diversos setores, inclusive aquelas enquadradas no Simples fiscal, que são isentas de financiar o FAT. Ao mesmo tempo, o governo não investiu nas políticas ativas de recolocação do trabalhador nem no Sine (Sistema Nacional de Emprego). Em 2014, o Sistema tinha três milhões de vagas que não foram preenchidas. Entre os motivos, está a redução gradativa dos recursos para a qualificação profissional”, observa o consultor Rodolfo Torelly.

Em 2014, sem conexão com os



Foto: Daniel Cardoso



Representantes da Força Sindical em Brasília contra o pacote de maldades do governo (foto maior). Ao lado, o deputado Paulinho, Miguel Torres e dirigentes da Força com Renan Calheiros, presidente do Senado

programas da área do Ministério do Trabalho, o Ministério da Educação instituiu o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), e qualificou apenas 4% dos que receberam o seguro-desemprego. “Se a qualificação fosse bem feita, seria reduzido o número de pedidos deste benefício”, afirma Torelly.

“Ao falar sobre a saúde financeira do FAT, vale lembrar que a Desvinculação de Receitas da União (DRU) já reteve mais de R\$ 200 bilhões, que jamais retornaram aos cofres do Fundo”, observa Serginho.

O sindicalista ressalta que “se o governo, de fato, busca o equilíbrio das contas do FAT, ele deveria combater a rotatividade de mão de obra através

da regulamentação do Artigo 239 da Constituição e da ratificação da Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), investir na intermediação da mão de obra — o Codefat propôs um orçamento de R\$ 1 bilhão para o sistema Sine, e o governo aprovou somente R\$ 100 milhões — e investir na qualificação de mão de obra.

Nos últimos anos, o governo tem usado praticamente metade dos recursos previstos para o Plano Nacional de Qualificação. Por exemplo: em 2004, a LOA (Lei Orçamentária Anual) previa R\$ 107,3 milhões, e foram gastos efetivamente R\$ 79,4 milhões. Em 2012, o montante de recursos aprovados era de R\$ 175,7 milhões, mas apenas R\$ 58,7 milhões foram aplicados.

FETIASP



Foto: Fábio de Mello

Araújo: “Diante das dificuldades impostas pelos patrões, só nos resta mobilizar a categoria”

Trabalhadores de Carnes e Derivados terão reajuste de 9%

Os trabalhadores do Setor de Carnes e Derivados terão reajuste salarial de 9%, retroativo a 1º de abril. O acordo da Convenção Coletiva foi assinado ontem (dia 6) entre a Fetiasp (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado de São Paulo), os Sindicatos filiados e a bancada patronal.

Segundo o coordenador de negociação do Setor de Carnes e Derivados, Carlúcio da Rocha, o salário normativo passa a ser de R\$ 1.090,00, e a cesta básica será de R\$ 109,00. Serão beneficiados aproximadamente vinte mil trabalhadores no Estado de São Paulo.

Faltam fechar acordos com as empresas dos setores de Doces e Conservas, Usinas de Açúcar, Sucos e Frigoríficos. “Diante do endurecimento dos patrões, só nos resta mobilizar os trabalhadores e relatar todas as dificuldades que enfrentamos”, destaca Melquiades de Araújo, presidente da Federação. Assembleias de trabalhadores, inclusive, foram realizadas em várias empresas desses setores instaladas pelo Estado.

“No dia último 2, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Itapira realizou assembleia em frente à unidade do grupo JBS, situada no município de Amparo, reivindicando o reajuste salarial dos cerca de 2.400 trabalhadores”, informa José Emílio Contessotto, presidente da entidade sindical que comandou as assembleias dos quatro turnos dos trabalhadores dessa unidade da empresa.



NA LUTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

www.fsindical.org.br

twitter.com/centralsindical

facebook.com/CentralSindical